

DESTAQUES DE BRASÍLIA

- 7 de Setembro é marcado por multidões pró-Bolsonaro em diversas capitais e tom moderado em relação às instituições.
- Lula reage a Bolsonaro e cobra explicação sobre imóveis comprados em dinheiro pelo presidente
- PoderData: 54% reprovam e 39% aprovam governo Bolsonaro
- Disputa por repasses do BNDES tem novo capítulo no TCU

7 de Setembro é marcado por multidões pró-Bolsonaro em diversas capitais e tom moderado em relação às instituições

Apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) foram às ruas nesta quarta-feira (7) para demonstrar solidariedade ao presidente da República, no feriado do Bicentenário da Independência. Os organizadores falam em milhões de manifestantes presentes, ainda sem dados oficiais.

A aposta na inação da justiça até a eleição vem levando as coordenações das campanhas presidenciais a lançarem mão de estratégias que sabidamente poderiam colidir com a legislação eleitoral.

Bolsonaro aproveitou-se da estrutura montada e realizou dois atos de campanha, primeiro em Brasília e depois no Rio de Janeiro. Na capital federal, tentou demarcar a fronteira entre o ato cívico e o evento de campanha, ao deixar a tribuna de honra do desfile militar, retirar a faixa presidencial e subir num carro de som. **O presidente evitou fazer ataques diretos a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e às urnas eletrônicas.**

O tom de campanha, contudo, fez com que PDT, PT, PV, Rede e União Brasil declarassem a intenção de judicializar os atos do presidente durante o 7 de Setembro. A proposta é entrar com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e econômico.

O evento, porém, serviu para reforçar os laços do candidato à reeleição com o agronegócio e o eleitorado evangélico. ([CNN](#) / [Valor](#) / [Folha](#))

Lula reage a Bolsonaro e cobra explicação sobre imóveis comprados em dinheiro pelo presidente

Em um breve pronunciamento gravado em vídeo e publicado em suas redes sociais, Lula criticou as atitudes de Bolsonaro no dia que comemora o bicentenário da independência.

O ex-presidente **mudou sua estratégia e partiu para o ataque direto a Jair Bolsonaro (PL). Lula cobrou do candidato à reeleição uma resposta à denúncia recente de que a família de Bolsonaro juntou R\$ 26 milhões em dinheiro vivo para comprar 51 imóveis.** ([Valor](#))

PoderData: 54% reprovam e 39% aprovam governo Bolsonaro

Pesquisa PoderData realizada de 4 a 6 de setembro de 2022 mostra que o **governo de Jair Bolsonaro (PL) é aprovado por 39% dos eleitores e reprovado por 54%**. As taxas mantiveram-se estáveis em relação ao levantamento de 7 dias antes, com variações dentro da margem de erro da pesquisa, de 2 pontos percentuais. **A diferença entre aprovação e desaprovação está em 15 p.p.. Há uma semana, era de 18 pontos.** ([Poder360](#))

Disputa por repasses do BNDES tem novo capítulo no TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai julgar, na próxima semana, se um **eventual prejuízo para os bancos públicos federais deve ser um fator a ser levado em conta no âmbito da devolução dos recursos aos cofres da União** que foram repassados pelo governo aos bancos públicos, especialmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), nas gestões petistas.

O Tesouro Nacional pressiona por mais velocidade na devolução dos recursos. **O montante, de acordo com a autarquia, viabilizaria uma redução da dívida pública em cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para a melhora do cenário fiscal.** O BNDES, por sua vez, alega que teria um prejuízo ao acelerar a devolução dos recursos.

Dados do Tesouro apontam que, até 31 de agosto, o saldo irregular somava R\$ 79,5 bilhões. Em 1º de setembro, o BNDES pagou mais R\$ 10 bilhões à União. **Assim, ainda restam R\$ 69,5 bi para serem devolvidos.**

O impasse envolvendo a instituição financeira fez com que o ministério da Economia pedisse “urgência” para o TCU resolver a questão. Com o atraso na devolução da quantia, a pasta tenta, desde então, um posicionamento mais firme da corte em relação ao tema, questionando o conceito de prejuízo aos bancos públicos no ressarcimento.

Em despacho assinado na semana passada, o ministro Jorge Oliveira, do TCU, sinalizou concordar com o Ministério da Economia e disse que a questão é “questão espinhosa e intrincada”. Ele informou que pretende pautá-la na sessão plenária de 14 de setembro. ([Valor](#))

Lorena Laudares | Mestre em Ciência Política

(21) 98115-6831 - lorena.laudares@orama.com.br

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.